

Central Eólica Inhambu S.A.

***Demonstrações Financeiras para o Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes***

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Central Eólica Inhambu S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Inhambu S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Base para opinião com ressalva

Atraso na construção da planta de geração de energia elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras, a Companhia não concluiu, no prazo de 1 de julho de 2014, a construção de sua planta de geração eólica. Desde a referida data, a Administração protocolou sucessivos pedidos de postergação de prazo e isenção de penalidades na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Considerando o atual estágio das negociações com a ANEEL, não foi possível nos satisfazermos quanto à inexistência de impactos financeiros que possam vir a afetar negativamente de forma material as demonstrações financeiras da Companhia.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para a opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Inhambu S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade operacional da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se na fase pré-operacional de construção de sua planta de geração eólica. Em 31 de dezembro de 2015, o sucesso das operações futuras e o equilíbrio do capital circulante líquido, que encontra-se negativo em R\$43.962 mil, dependem do suporte financeiro dos acionistas para pagamento dos passivos até que as operações sejam iniciadas e a Companhia comece a gerar o caixa esperado pela Administração. A não confirmação do referido suporte financeiro coloca em dúvida a continuidade dos negócios da Companhia, já que a mesma não tem geração própria de caixa para saldar os seus compromissos. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CENTRAL EÓLICA INHAMBU S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2015	2014
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	186	21
Aplicação financeira	6	1.614	-
Impostos a recuperar		94	93
Outros valores a receber		1	5
Total dos ativos circulantes		<u>1.895</u>	<u>119</u>
NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado	7	177.539	133.381
Intangível	8	<u>1.709</u>	<u>884</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>179.248</u>	<u>134.265</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>181.143</u>	<u>134.384</u>
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Fornecedores	9	5.206	4.928
Debêntures	10	32.847	96.192
Financiamento BNDES	11	7.360	-
Fiança	12	192	-
Obrigações fiscais	13	<u>252</u>	<u>49</u>
Total dos passivos circulantes		<u>45.857</u>	<u>101.169</u>
NÃO CIRCULANTE			
Financiamento BNDES	11	42.686	-
Provisão para custos socioambientais e desmobilização	14	<u>6.206</u>	<u>3.898</u>
		<u>48.892</u>	<u>3.898</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	15 a	89.698	31.851
Prejuízos acumulados		<u>(3.304)</u>	<u>(2.534)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>86.394</u>	<u>29.317</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>181.143</u>	<u>134.384</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAL EÓLICA INHAMBU S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Serviços profissionais contratados		(310)	(211)
Despesas com seguros		(2)	(17)
Impostos e taxas e publicações		(199)	(76)
Depreciações e amortizações	7	(6)	(6)
Despesas com transmissão de energia		(108)	-
Despesas administrativas		(82)	(79)
		<u>(707)</u>	<u>(389)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(35)	(880)
Receitas financeiras		-	185
		<u>(35)</u>	<u>(695)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
		(742)	(1.084)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
		<u>(28)</u>	<u>(335)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			
		<u>(770)</u>	<u>(1.419)</u>
Prejuízo do exercício por ação em reais	15 c	<u>(1,69)</u>	<u>(10,06)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAL EÓLICA INHAMBU S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo do exercício		(770)	(1.419)
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício		<u>(770)</u>	<u>(1.419)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAL EÓLICA INHAMBU S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	13.522	-	13.522	12.407
Subscrição de Capital:				
31 de outubro	18.629	(18.629)	-	-
Integralização de Capital:				
mês de outubro	-	17.228	17.228	17.228
mês de dezembro	-	1.101	1.101	1.101
Prejuízo do exercício	-	-	(1.419)	(1.419)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	32.151	(300)	31.851	29.317
Subscrição de Capital:				
31 de janeiro	301	(301)	-	-
31 de julho	16.007	(16.007)	-	-
30 de setembro	30.370	(30.370)	-	-
30 de outubro	16.578	(16.578)	-	-
Integralização de Capital:				
mês de janeiro	-	600	600	600
mês de fevereiro	-	594	594	594
mês de março	-	2.283	2.283	2.283
mês de abril	-	5.273	5.273	5.273
mês de maio	-	1.294	1.294	1.294
mês de junho	-	2.017	2.017	2.017
mês de julho	-	2.496	2.496	2.496
mês de agosto	-	2.530	2.530	2.530
mês de setembro	-	3.386	3.386	3.386
mês de outubro	-	23.627	23.627	23.627
mês de novembro	-	11.637	11.637	11.637
mês de dezembro	-	2.110	2.110	2.110
Prejuízo do exercício	-	-	(770)	(770)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	95.407	(5.709)	89.698	86.394

CENTRAL EÓLICA INHAMBU S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2015	2014
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(742)	(1.084)
Depreciação e amortização	7	6	6
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Aumento) de impostos a recuperar		(1)	(93)
(Aumento) redução de outros créditos		4	(5)
Aumento em obrigações fiscais		203	50
Imposto de renda e contribuição social pago		(19)	(91)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(549)</u>	<u>(1.217)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicação financeira	6	(1.516)	15.406
Aquisição de imobilizado	7	(25.884)	(52.610)
Aumento intangível	8	(658)	(507)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>(28.058)</u>	<u>(37.711)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento Debêntures - principal	10	(59.321)	20.607
Pagamento Debêntures - juros		(19.329)	-
Financiamento BNDES	11	50.076	-
Pagamento de financiamento - principal		(266)	-
Pagamento de financiamento - juros		(235)	-
Integralização de capital		57.847	18.329
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>28.772</u>	<u>38.936</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>165</u>	<u>8</u>
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		21	13
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		186	21
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>165</u>	<u>8</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Inhambu S.A. (“Companhia”), com sede na Praça XV de Novembro, 34, 10º andar, foi constituída em 28 de outubro de 2011, tendo como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, especificamente para a implantação do projeto denominado Inhambu, localizado no município de Pindaí, Estado da Bahia. A Companhia é 100% controlada pela BW Guirapá I S.A.

A Companhia faz parte de um parque eólico que está composto pelas seguintes centrais eólicas:

	<u>Capacidade de produção instalada</u>	<u>Data prevista para entrada em operação</u>
Central Eólica Angical	12,95 MW	01/02/2016
Central Eólica Caititu	22,20 MW	01/02/2016
Central Eólica Coqueirinho	29,60 MW	01/02/2016
Central Eólica Corrupião	27,75 MW	01/02/2016
Central Eólica Inhambu	31,45 MW	01/02/2016
Central Eólica Tamanduá Mirim	29,60 MW	01/02/2016
Central Eólica Teiú	16,65 MW	01/02/2016

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 69, de 22 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 25,6 MW e 15,5 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 31,45 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 99, de 18 de novembro de 2013.

O total de investimento para a construção do parque foi de aproximadamente R\$180.000 (não auditado), realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Os contratos de reserva de energia foram firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos a contar da data inicialmente planejada para início do período de suprimento.

Em 31 de dezembro de 2015, Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e enquanto não inicia suas operações, suas atividades são mantidas através de recursos dos acionistas e de financiamentos.

A Companhia apresentava capital circulante líquido negativo em R\$43.962. A Administração entende que tal situação será revertida mediante recursos dos acionistas, liberação de recursos do BNDES e os recursos provenientes da entrada em operação prevista para fevereiro de 2016.

1.1. Comercialização de energia

<u>Empresa do grupo</u>	<u>Compradora</u>	<u>Prazo</u>	<u>Valor total do contrato (em R\$mil/ano)</u>	<u>Montante vendido (MW h/ano)</u>	<u>Preço (MWh em R\$)</u>	<u>Índice de correção</u>
Central Eólica Angical S.A.	CCEE	20 anos	5.255	52.560	99,98	IPCA
Central Eólica Caititu S.A.	CCEE	20 anos	9.196	91.980	99,98	IPCA
Central Eólica Coqueirinho S.A.	CCEE	20 anos	11.467	118.260	96,97	IPCA
Central Eólica Corrupião S.A.	CCEE	20 anos	11.637	120.012	96,97	IPCA
Central Eólica Inhambu S.A.	CCEE	20 anos	13.166	135.780	96,97	IPCA
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	CCEE	20 anos	11.552	119.136	96,97	IPCA
Central Eólica Teiú S.A.	CCEE	20 anos	7.181	71.832	99,98	IPCA

1.2. Questões ambientais

A Central Eólica Inhambu, obteve a Licença de Operação (LO) pelo prazo de 5 anos, concedida pelo INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por intermédio da publicação da Portaria nº 10.049 de 20 de julho de 2015, no Diário Oficial do Estado da Bahia em 21 de julho de 2015.

Atualmente, a Companhia está executando os programas básicos ambientais contemplados na Licença de Operação, já tendo atendido todas as condicionantes relativas à Licença de Instalação e Licença Prévia.

1.3. Questões regulatórias

Os contratos de reserva de energia de todas as Centrais Eólicas foram firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos. O prazo inicial para início das operações era a partir do mês de julho de 2014.

Diversos fatores alheios à gestão do projeto geraram em 2014 e 2015 sucessivos pedidos de alteração do cronograma físico de implantação das 7 centrais geradoras eólicas e, o reconhecimento de que o atraso na implantação decorreu de fatores alheios à gestão do projeto.

Em deliberação ao pedido, a ANEEL publicou os Despachos nº 2.939/2015 em 15/09/2015 e nº 3.433/2015 em 21/10/2015, concatenando o início de operação de todos os parques até 60 dias após a disponibilização das instalações de transmissão da SE Pindaí II e que o período de suprimento dos CERs se inicie no primeiro dia do terceiro mês subsequente à data de disponibilização das instalações de transmissão, ou seja, 1º de fevereiro de 2016.

Em 16 de fevereiro de 2016 na reunião de Diretoria da ANEEL, ficou decidido por unanimidade, não conhecer os Pedidos de Reconsideração interpostos pela BW Guirapá I S.A. em face do Despacho nº 2.939/2015, haja vista que exaurida a esfera administrativa, e, de ofício, esclarecer que os efeitos contratuais (i) referentes a retenção de receita de venda retroaja até a data de obrigação original de entrada em operação comercial; (ii) relativos aos ressarcimento por desvios negativos de energia produza efeitos a partir da entrada em operação comercial das instalações do sistema de transmissão da Subestação Pindaí, em 16 de novembro de 2015, até a data da efetiva entrada em operação comercial das geradoras; e que (iii) a redução contratual é dispositivo de reconciliação para fins de mitigação de incertezas estruturais relacionadas à produção de energia e será analisada no âmbito do Processo nº 48500.000916/2016-21.

A Companhia está monitorando os possíveis desfechos junto ao órgão regulador.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos para negociação (nota explicativa nº 5) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

b) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e perdas para redução do valor recuperável (*impairment*) acumulados, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela Companhia inclui:

- (i) O custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) Adiantamentos concedidos a fornecedores;
- (iii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- (iv) Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado; e
- (v) Custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas unidades de cadastro que compõem esses empreendimentos. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão ou autorização das usinas. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, levando em consideração a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 7 - Imobilizado.

c) Intangível

Inclui os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão. O contrato de cessão de direito de uso, transfere o direito de usar o ativo ao contratante pelo período contratado e são classificados como contratos financeiros. Para os contratos financeiros em que a Companhia atua como contratante, os pagamentos são capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato.

O ativo é amortizado de acordo com a política aplicável para cada ativo. Para os contratos financeiros, inicialmente, o investimento está reconhecido pelos custos incorridos durante a construção do empreendimento. Nesses casos, o saldo será amortizado pelo período remanescente dos respectivos contratos após a entrada em operação do parque eólico.

d) Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Companhia analisa periodicamente a existência de evidências de não realização do valor contábil de um ativo. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo (*impairment*) para determinar eventual provisão para trazer os saldos contábeis aos valores de realização.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizado e intangível da companhia, não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

A Administração revisa a recuperação do valor contábil dos ativos não circulantes ou de longa duração, principalmente, o imobilizado e o intangível utilizados nas suas operações. O objetivo dessa revisão é o de determinar e avaliar a ocorrência de eventos ou mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível não recuperação, com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente a vida remanescente estimada dos ativos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Quando uma provisão para redução ao provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização. O valor da reversão da provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de vida longa está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores, e é registrado no resultado do exercício em que houve a revisão da estimativa.

e) Debêntures e Financiamentos

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas dos balanços (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os encargos financeiros são apropriados em despesas financeiras, ou capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

f) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial.

O ativo financeiro deve ser reconhecido na data de sua negociação (data em que a Companhia se comprometer a comprar ou vender um ativo). O método de reconhecimento deve ser consistente para todas as compras e vendas de ativos financeiros que pertençam à mesma categoria.

O ativo financeiro é reconhecido inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação vinculados diretamente a sua aquisição ou emissão, exceto para aqueles designados como valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia correspondem ao seu caixa e equivalentes de caixa (conta corrente e aplicação financeira). As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido da remuneração auferida, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja obrigação será requerida a ser liquidada, e cujo montante da obrigação é estimada de forma confiável.

Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por via de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e em consequência, criará uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas da obrigação.

A Companhia baixa os passivos financeiros quando as obrigações são extintas, ou seja, quando as obrigações são liquidadas, canceladas ou prescritas.

g) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota explicativa nº 7).
- Intangível (nota explicativa nº 8).
- Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota explicativa nº 14)
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 16).

h) Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e contribuição social do exercício corrente.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

4. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

4.1. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas não obrigatórias, mas que podem ser adotadas antecipadamente para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2015, é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (2)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (1)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (1)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 (1)

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e depósito bancário à vista	<u>186</u>	<u>21</u>

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras, no valor de R\$1.614, estavam atreladas ao Fundo de Investimentos Unibanco Top Di referenciado, administrado pelo Banco Itaú S.A, indexado à variação média de 99% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2014, não havia saldo em aplicações financeiras.

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

7. IMOBILIZADO

	2015		2014	
	Taxas anuais depreciação-%	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações administrativas	10%	11	(1)	10
Máquinas e equipamentos	10%	56	(17)	39
Imobilizações e Equipamentos em andamento (a)	-	139.623	-	139.623
Contratos de obras e equipamentos em andamento (b)	-	4.514	-	4.514
Capitalização de juros (c)	-	27.147	-	27.147
Desmobilização, desmontagem de bens e custos socioambientais	-	<u>6.206</u>	<u>-</u>	<u>6.206</u>
		<u>177.557</u>	<u>(18)</u>	<u>177.539</u>
				<u>133.381</u>

- (a) As imobilizações e equipamentos em andamento compreendem os adiantamentos a fornecedores para compra dos aerogeradores, subestação e linhas de transmissão e os gastos incorridos para a construção dos parques eólicos. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 destas demonstrações financeiras, a entrada em operação de todos os parques está prevista para ocorrer ao longo do exercício de 2016, quando dará início a depreciação dos ativos imobilizados.
- (b) Compreendem as provisões de pagamentos a fornecedores para compra dos aerogeradores, subestação e linhas de transmissão e os gastos incorridos, mas ainda não faturados, para a construção dos parques eólicos. O saldo remanescente dos respectivos contratos, serão amortizados após a entrada em operação do parque eólico.
- (c) Os encargos financeiros decorrentes da emissão de debêntures e do financiamento do BNDES, líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras apurados pelo investimento de parte desses recursos, foram capitalizados no imobilizado da Companhia, visto que foram utilizados exclusivamente para a construção do parque eólico. Esses encargos financeiros serão incorporados aos bens do ativo no momento de sua unitização para serem amortizados quando do início da operação dos parques, limitados ao prazo de concessão.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está representada por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Custo</u>					
Instalações administrativas	7	-	7	4	11
Máquinas e equipamentos	56	-	56	-	56
Imobilizações e equipamentos em andamento	58.998	56.293	115.291	24.332	139.623
Contratos de obras e equipamentos em andamento	954	1.549	2.503	2.011	4.514
Capitalização de juros	2.750	8.888	11.638	15.509	27.147
Provisão desmobilização	-	2.661	2.661	1.086	3.747
Provisão custos socioambientais	1.233	4	1.237	1.222	2.459
Total do custo	<u>63.998</u>	<u>69.395</u>	<u>133.393</u>	<u>44.164</u>	<u>177.557</u>
<u>Depreciação</u>					
Máquinas e equipamentos	(6)	(6)	(12)	(6)	(18)
Total da depreciação	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>	<u>(12)</u>	<u>(6)</u>	<u>(18)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>63.992</u>	<u>69.389</u>	<u>133.381</u>	<u>44.158</u>	<u>177.539</u>

Em 2015, a Companhia acessou os indicadores de *impairment* do ativo imobilizado e não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

8. INTANGÍVEL

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<u>Custo</u>	<u>Custo</u>
Direitos de uso de áreas rurais (a)	1.468	810
Outros	<u>241</u>	<u>74</u>
	<u>1.709</u>	<u>884</u>

(a) Refere-se aos contratos de cessão de direito de uso, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

9. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

Principais fornecedores	Equipamento/Serviço	Valor a realizar	
		<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
GE Wind	Aerogeradores	532	4.280
Consorcio Darcy Pacheco / Eum South	Montagem Aerogeradores	305	198
CONFER / Aggreko	Obras civis	470	123
W & M/Alstom Grid/Energisa/Top Bahia	Sistemas elétricos Ambientais	3.324	31
Bioconsultoria / Rally Construções	/Reassentamento	<u>38</u>	<u>75</u>
		4.669	4.707
Empresas de transmissão de energia	Tarifas de transmissão	79	-
Diversos	Outras contas a pagar	<u>458</u>	<u>221</u>
		5.206	4.928

Com o processo de conclusão das obras de construção em 2016, a Administração da Companhia está iniciando as negociações com os fornecedores para obtenção dos respectivos termos de quitação dos contratos de construção dos parques eólicos. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta de fornecedores reflete o atual estágio das referidas negociações e, na avaliação da Administração, não haverá quaisquer passivos adicionais quando os referidos termos de quitação forem obtidos ao longo do exercício de 2016.

10. DEBÊNTURES

Em 5 de agosto de 2013, a Reunião do Conselho de Administração das Centrais Eólicas aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em uma única série, não conversíveis em ações, no valor total de R\$82.400, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de 1,55% ao ano até 20/08/2014.

Em 18 de agosto de 2014, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 20 de agosto de 2015. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,55% aa, para 1,20% aa, a partir de 20/08/2014.

Em 18 de agosto de 2015, foi assinado o 3º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 16 de fevereiro de 2016. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,20% aa, para 1,75% aa, a partir de 20/08/2015.

Os recursos obtidos por cada Central Eólica com a oferta foram utilizados na construção dos parques eólicos. As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, dispensada do registro perante a CVM, sob o regime de garantia firme, nos termos da Instrução CVM nº 476 e do contrato de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As debêntures foram registradas para negociação no mercado primário no SDT - Sistema de Distribuição de Títulos por meio do Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.

A seguir a mutação dos saldos de debêntures:

	<u>Quantidade</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	63.000	96.192	90.515
Emissão em 14/03/2014	19.400	-	-
Amortização - principal e juros em 19/10/2015	-	(22.349)	-
Amortização - principal e juros em 09/11/2015	-	(8.695)	-
Amortização - principal e juros em 30/11/2015	-	(45.066)	-
(-) Custos de emissão a apropriar	-	(2.540)	(520)
Amortização de custos de emissão - capitalizada	-	2.540	520
Juros provisionados - capitalizados	-	<u>12.765</u>	<u>5.677</u>
Totais	<u>82.400</u>	<u>32.847</u>	<u>96.192</u>

Garantia Real: (I) Foram concedidas as ações de emissão das Centrais Eólicas de titularidade da BW Guirapá, bem como todas as vantagens e direitos que forem atribuídos aos Direitos de Participação das Centrais Eólicas; (II) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do Projeto; (III) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios; e (IV) cessão fiduciária dos recursos existentes na conta de recebimento de titularidade da BW Guirapá.

Garantia Fidejussória: A BW Guirapá é responsável por todas as obrigações pecuniárias assumidas pelas Emissoras nos termos da Escritura.

11. FINANCIAMENTO BNDES

Em 6 de outubro de 2015 a Companhia assinou, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o contrato de financiamento nº 15.2.0344.1, no montante de R\$87.718, dividido em subcrédito A no valor de R\$69.391, sendo R\$51.000 liberados em 25/11/2015 e subcrédito B, no valor de R\$16.382 com previsão de liberação no 1º semestre de 2016, ambos destinados a aplicação no projeto. Concedeu ainda o subcrédito C, no montante de R\$1.945, destinado a investimentos sociais, no âmbito da comunidade localizada na região do projeto, com prazo de utilização até novembro de 2016.

O Contrato de Financiamento possui as seguintes condições contratuais:

- Taxa de juros - TJPL + 2,65% aa.;
- Prazo e forma de pagamento - subcréditos A e B em 192 parcelas mensais e sucessivas vencendo a 1ª em 15/12/2015 e a última em 15/11/2031e; subcrédito C em 180 parcelas mensais e sucessivas vencendo a 1ª em 15/12/2016 e a última em 15/11/2031
- Garantias (a) - Obrigação de realizar o penhor da totalidade das ações existentes da Companhia, de propriedade da holding BW Guirapá I S.A, com a interveniência de seus acionistas controladores, Santander Participações S.A e Brazil Wind S.A., bem como quaisquer outras ações que venham a ser subscritas durante a vigência do contrato de financiamento;
- Garantias (b) - Obrigação de realizar a cessão dos direitos creditórios provenientes do Contrato de Energia de reserva nº 144/11 celebrado entre a Companhia e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 18/06/2012 e seus respectivos aditivos;
- Garantias (c) - Obrigação de realizar a cessão dos direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pela Companhia como também ou outras receitas e direitos geradas pelo projeto financiado.
- Garantias (d) - Fiança bancária.
- O contrato junto ao BNDES possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2015, os índices não estão sendo exigidos pois a Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

A movimentação da conta de financiamentos foi a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	51.000
Encargos de dívidas - juros e variação monetária	472
Pagamento – principal e juros	(502)
IOF sobre financiamento	<u>(924)</u>
Saldos finais - 2015	<u>50.046</u>
Circulante	7.360
Não circulante	42.686

12. FIANÇA BANCÁRIA

Em 16 de outubro de 2015, para garantir as obrigações assumidas perante o BNDES, foi contratada uma fiança junto ao Banco Bradesco S.A., no valor de R\$87.718, pelo prazo de 24 meses, contados da data de emissão de cada carta de fiança.

Os encargos sobre o valor afiançado são: comissão de 2,25% aa sobre o valor de cada carta de fiança emitida, com pagamento após 12 meses da data de emissão.

Sobre os valores da fiança não utilizada, será cobrado uma taxa de compromisso de 1% aa, pro-rata temporis, com pagamentos trimestrais, sendo que a 1ª taxa de compromisso será devida 30 dias após o dia 16/10/2015, data da assinatura do contrato da fiança.

Após o BNDES atestar a conclusão física do projeto e, que todas as formalidades legais da constituição das garantias do contrato de financiamento foram cumpridas, o valor da fiança poderá ser reduzido ao nível de 40% da dívida.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Comissão de fiança a pagar	142	-
Comissão de compromisso a pagar	<u>50</u>	<u>-</u>
	<u>192</u>	<u>-</u>

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Impostos retidos de terceiros	142	49
Auto de Infração ANEEL	<u>110</u>	<u>-</u>
	<u>252</u>	<u>49</u>

O saldo da conta Impostos retidos e terceiros, é composto pelas retenções de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS, COFINS, ISS e INSS, nas notas fiscais de prestadores de serviço.

O Auto de Infração refere-se a multa pelo descumprimento do cronograma de implantação do parque, lavrada em 6 de abril de 2015 pela Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração (SFG/ANEEL- AI nº 8/2015).

14. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as condicionantes nela constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, as Centrais Eólicas provisionam os custos socioambientais no passivo não circulante, quando aplicável, e incorpora tal custo no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos.

Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado. A provisão é registrada com base em orçamentos de gastos futuros elaborados pela Administração das Centrais Eólicas, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação.

Os principais programas socioambientais listados na LO são os seguintes:

- Plano de Controle e Monitoramento de Ruído;
- Programa de Sinalização e Controle de Tráfego;
- Programa de monitoramento dos Recursos Hídricos, dos cursos d'água existentes na área de influência direta;
- Plano de Gerenciamento de Risco;
- Plano de Segurança e Emergência, contemplando a capacitação e treinamentos para a atuação de emergências e incêndios;
- Plano de Segurança e Controle de Emissão de Partículas;
- Plano de Manutenção Preventiva para os equipamentos do parque eólico e subestação de energia;
- Realizar a manutenção dos sistemas de drenagem superficial e revegetação dos taludes de corte e aterro;
- Implantar os leitos de secagem na ETE do canteiro de obras;
- Continuar utilizando o efluente oriundo da ETE bem como a água da CSAO;
- Dar continuidade ao Plano de Monitoramento de Fauna para os grupos de avifauna e quiropteroфаuna, contemplando ações de salvamento de animais feridos, que se fizerem necessários ao longo da operação do empreendimento;
- Programa de Comunicação Social e Monitoramento de Indicadores socioeconômicos;
- Programa de Educação Ambiental dando ênfase na Educação Patrimonial;
- Dar continuidade à Comissão de Acompanhamento do Empreendimento, com a participação de representantes da empresa e atores sociais envolvidos, representantes dos municípios existentes na área de influência do empreendimento;
- Implementar Projeto de Fontes Autônomas de Energias Renováveis apresentado pela Companhia, buscando conciliar a proposta mais viável ambientalmente e economicamente.

Em 31 de dezembro de 2015, a provisão para custos socioambientais é de R\$2.459 no passivo não circulante (R\$1.237 em 31 de dezembro de 2014).

Custo de desmobilização de ativos

As Centrais Eólicas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde estão localizados os parques eólicos. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta provisão para desmobilização de ativos é de R\$3.747 no passivo não circulante (R\$2.661 em 31 de dezembro de 2014).

O total da provisão para desmobilização e para custos socioambientais em 31 de dezembro de 2015 somam R\$6.206 (R\$3.898 em 31 de dezembro de 2014).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito da Companhia é de R\$95.407 (R\$32.151 em 2014), sendo R\$5.709 a integralizar (R\$300 em 2014), composto por 847.070 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas pela BW Guirapá I S.A.

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

c) Prejuízo por ação

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
NUMERADOR		
Prejuízo do exercício	(770)	(1.419)
DENOMINADOR		
Média ponderada das ações	<u>455.380</u>	<u>140.510</u>
Prejuízo por lote de mil ações básico em R\$	<u>(1,69)</u>	<u>(10,06)</u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância.

Não é prática da Companhia, contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia está apresentada a seguir:

	<u>Valor contábil e valor justo</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Ativos financeiros:</u>		
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:		
Caixa e depósitos bancários à vista	186	21
Aplicações financeiras	1.614	-

	<u>Valor contábil e valor justo</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado		
Fornecedores	5.206	4.928
Debêntures	32.847	96.192
Financiamento BNDES	50.046	-
Fiança	192	-

b) Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros - possuem as seguintes classificações: (i) empréstimos concedidos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia somente possuía ativos financeiros na Categoria ii (Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras).

Passivos financeiros - são substancialmente representados por fornecedores, debêntures e financiamento. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a debêntures e aplicações em reais e às variações relacionadas a taxa TJLP, relativo ao financiamento do BNDES .

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de debêntures.

e) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

f) Análise de Sensibilidade para exposição de taxa de juros

Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2015: CDI (14,75%) / TJLP BNDES (7,5%)

Operação	Exposição 31/12/2015	Risco	Impacto	Cenários		
				Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Aplicações financeiras	1.614	Baixa do CDI	Resultado	238	179	119
Debêntures	32.847	Alta do CDI	Resultado	4.845	6.056	7.268
Financiamento	50.046	Alta da TJLP	Resultado	3.753	4.691	5.630

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia está inserida na cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A., contra riscos de engenharia, responsabilidade civil geral, garantia ao fornecedor e garantia do fiel cumprimento do leilão no montante de R\$538.117.

As SPE's estão trabalhando para realizar a transição do seguro contra riscos de engenharia, para o seguro de riscos operacionais assim que cada SPE entrar em operação. O montante do novo seguro será de R\$763.202 e o de responsabilidade civil será de R\$20.000.

A Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

(*) A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes.

18. CESSÃO DE USO DE SOLO

Em 31 de dezembro de 2015, as 59 propriedades que possuem contratos de cessão de uso de solo firmados para implementação dos 7 parques eólicos controlados pela BW Guirapá I S.A., descritos no contexto operacional, estão regularizadas no Registro Geral de Imóveis.

Os contratos de cessão de uso de solo operacional firmados pela Companhia têm a vigência de 35 anos e preveem o pagamento anual de R\$98, o que equivalente a 0,71% da energia gerada. O reajuste será realizado com base na variação do IPCA, divulgado pelo IBGE.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuiu saldo de operações mantidas com partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2015 foi efetuado pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A.

20. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO O CAIXA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Encargos financeiros capitalizados	15.676	10.146
Provisão para fornecedores	295	3.974
Provisão para desmobilização e custos socioambientais	2.308	2.665

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 25 de abril de 2016.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a. Em 2 de fevereiro de 2016, por intermédio do Despacho nº 278, publicado no Dou de 10/02/2016, a ANEEL, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.001339/2015-11, 48500.001340/2015-38, 48500.001341/2015-82, 48500.001342/2015-27, 48500.001343/2015-71, 48500.001344/2015-16 e 48500.001345/2015-61, decide (i) conhecer e não dar provimento aos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas Centrais Geradoras Eólicas do complexo BW Guirapá I, em face, dos Autos de Infração nos 11/2015-SFG, 8/2015-SFG, 7/2015-SFG, 6/2015-SFG, 5/2015-SFG, 9/2015-SFG e 10/2015-SFG, lavrados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG; e (ii) manter na integralidade as penalidades de multas aplicadas nos respectivos Autos de Infração, nos valores de R\$39 (Angical), R\$98 (Inhambu), R\$87 (Corrupião), R\$86 (Coqueirinho), R\$69 (Caititu), R\$86 (Tamanduá Mirim) e R\$54 (Teiu), os quais foram quitados em 24/02/2016, atualizados nos termos da legislação.

- b. Conforme tabela abaixo, em fevereiro a Aneel autorizou a entrada em operação das SPE's:

SPE	Data de entrada em operação	Processo na ANEEL N°
Angical	05/02/2016	48500.000882/2012-41
Corrupião	05/02/2016	48500.001230/2012- 23
Inhambu	05/02/2016	48500.001228/2012-54
Teiú	05/02/2016	48500.000877/2012-38
Caititu	16/02/2016	48500.001052/2012-31
Tamandua Mirim	16/02/2016	48500.001051/2012-96
Coqueirinho	17/02/2016	48500.001059/2012-52

- c. Em 11 de fevereiro de 2016, a Assembleia Geral dos Debenturistas aprovou a alteração na data de vencimento das debêntures para 18 de agosto de 2016. Foi também alterada a taxa de juros remuneratórios que passou de 1,75% a.a., para 2,05% a.a., a partir de 16/02/2016.
- d. Foi contratado o seguro de riscos operacionais no montante de R\$763.202 para todas as empresas controladas pela BW Guirapá e um seguro de responsabilidade civil no montante de R\$20.000.
- e. Em 26 de fevereiro de 2016 foi liberada a quantia de R\$16.000, referente a parte do subcrédito B, conforme contrato de financiamento do BNDES.
-